



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - COM INVERSÃO DE FASES

EDITAL Nº 90.002/2026

PROCESSO Nº 1.996/2026

Contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção do Centro Comercial Municipal, com recursos provenientes de Emendas Federais Individuais (Especiais e Impositivas) e de recursos próprios do município.

Data e hora de início da sessão pública: 8:30h do dia 16 de junho de 2026.

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA | 2 |
| 2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO | 2 |
| 3. ESCLARECIMENTOS INICIAIS | 2 |
| 4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 3 |
| 5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO | 4 |
| 6. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE | 6 |
| 7. CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO | 6 |
| 8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA | 7 |
| 9. ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE LANCES | 15 |
| 10. FASE DE JULGAMENTO | 16 |
| 11. FASE DE HABILITAÇÃO | 9 |
| 12. DO SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS | 18 |
| 13. DOS RECURSOS | 18 |
| 14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO | 19 |
| 15. DO CONTRATO E DA GARANTIA | 20 |
| 16. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO | 21 |
| 17. MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO | 22 |
| 18. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO | 22 |
| 19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 22 |
| 20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 25 |

Anexos

ANEXO I - Projeto Executivo

Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II - Modelo de proposta final

ANEXO III - Minuta do contrato.

ANEXO IV - Declaração unificada.

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8017 - E-mail: licitacao@candoi.pr.gov.br



EDITAL DE LICITAÇÃO – COM INVERSÃO DAS FASES CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.002/2026 PROCESSO Nº 1.996/2026

O Município de Candói, Estado do Paraná, UASG 985499, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85140-000, telefone (42) 3638-8017, e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br, através da Secretaria de Administração e do seu Agente de Contratação, torna público o edital de licitação na modalidade Concorrência Eletrônica. Este certame será regido pela Lei nº 14.133, de 2021, pelo Decreto Municipal nº 296, de 2023, pela Lei Complementar Municipal nº 052, de 2022, pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e demais legislações aplicáveis, bem como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos

1. DATA, HORA E LOCAL DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

1.1. A sessão de abertura da licitação para julgamento das propostas, e habilitação, será conforme segue:

- Dia: **16 de junho de 2026.**
- Hora: 8:30h.
- Sistema: BLL COMPRAS (<https://bll.org.br>).
- UASG: 985499 - Município de Candói-PR.

1.2. Os interessados credenciados poderão incluir, alterar e excluir suas propostas e documentos de habilitação até a data e horário fixados para a abertura da sessão.

2. DO OBJETO E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para a execução da obra de construção do Centro Comercial Municipal, com recursos provenientes de Emendas Federais Individuais (Especiais e Impositivas) e de recursos próprios do município**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no projeto, e neste edital e seus anexos.

2.2. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 3.407.861,94** (três milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e noventa e quatro centavos).

3. ESCLARECIMENTOS INICIAIS

3.1. A sessão pública da concorrência será realizada exclusivamente por meio eletrônico, via internet, através do sistema **BLL COMPRAS** (<https://bll.org.br>), sob a



condução do Agente de Contratação, nas dependências do Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Candói-PR.

3.2. Qualquer pessoa, ainda que não participante do certame, poderá acompanhar a sessão pública em tempo real pelo endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1>.

3.3. O **Diário Oficial do Município** é o Diário Oficial dos Municípios do Paraná, disponível em www.diariomunicipal.com.br/amp.

3.4. Eventuais alterações, modificações ou informações complementares relativas a este Edital serão divulgadas no sistema eletrônico BLL COMPRAS, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no site oficial da Prefeitura Municipal (www.candoi.pr.gov.br). É de inteira responsabilidade dos interessados o acompanhamento contínuo dessas publicações, não sendo admitida alegação de desconhecimento de informações regularmente divulgadas.

3.5. A constatação de quaisquer indícios de conluio, combinação, manipulação ou ajuste entre os licitantes, a supressão artificial da competitividade ou a divisão do objeto sob qualquer forma ensejará a anulação ou revogação do certame, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, em especial na Lei Federal nº 14.133/2021.

4. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

4.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Agente de Contratação, protocolado presencialmente, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Candói, ou preferencialmente de forma eletrônica, mediante protocolo digital no Sistema de Processos Digitais disponível em www.candoi.pr.gov.br/, aberto com assunto “Impugnação de Edital de Licitação” ou através do e-mail: licitacao@candoi.pr.gov.br.

4.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.5. A cessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.



4.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderá participar desta concorrência qualquer pessoa jurídica legalmente constituída no País que satisfaça, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) atenda às exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;
- b) possua no seu ato constitutivo atividade compatível com objeto licitado; e
- c) esteja com cadastro ativo no sistema de concorrência eletrônica utilizado neste processo (BLL COMPRAS – <https://bll.org.br>), com usuário, senha e plano habilitado;
- d) tenha cadastrado sua proposta inicial no sistema BLL COMPRAS antes do dia e horário designados para abertura da sessão pública.
- e) tenha realizado o recolhimento da Garantia de Proposta nos termo do item 8.3.5.

4.2. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste edital e de seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.3. Não poderão disputar esta licitação:

5.1. Não poderão disputar esta licitação:

5.1.1. Aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

5.1.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

5.1.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

5.1.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

5.1.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão licitante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na



gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

5.1.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.1.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.1.8. Agente público da Prefeitura de Candói-PR.

5.1.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

5.1.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

5.1.11. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

Justificativa para a vedação: A vedação à participação de consórcios justifica-se pela baixa complexidade da obra, cujo valor estimado de pouco mais de R\$ 3 milhões é plenamente compatível com a capacidade técnica e financeira das empresas regionais. Permitir a união de empresas neste cenário poderia restringir a competitividade e favorecer a oligopolização na região, contrariando a jurisprudência do TCU, que recomenda o consórcio primordialmente para projetos de grande vulto e alta exigência técnica.

Além disso, a previsão de subcontratação de até 30% do objeto já garante margem suficiente para suprir eventuais serviços especializados pontuais, tornando a figura do consórcio desnecessária. Por fim, a contratação de uma única empresa assegura maior eficiência administrativa para o órgão público, pois simplifica a fiscalização, o faturamento e a gestão do contrato, evitando os entraves gerenciais e jurídicos comuns à responsabilização solidária das consorciadas.

5.1.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.13. O impedimento de que trata o item 5.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



5.2. A vedação de que trata o item 5.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da licitação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. DA AMPLA CONCORRÊNCIA (LICITAÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE):

6.1.1. Em razão do valor da contratação ser superior ao limite estabelecido no art. 48 inciso I da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação é de ampla concorrência, portanto, empresas de todos os portes podem participar.

6.2. DOS DEMAIS BENEFÍCIOS QUE SERÃO CONCEDIDOS NA LICITAÇÃO:

6.2.1. Serão assegurados os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Cooperativas, Agricultores Familiares, Produtores Rurais e Microempreendedores Individuais (MEI), que inclui:

- **Preferência de Contratação de ME/EPP (Empate Ficto):** Em caso de empate ficto as ME/EPP serão favorecidos, sendo realizado o desempate conforme Item 11.9.2 deste Edital
- **Regularização fiscal:** Possibilidade de regularização fiscal tardia nos termos do Item 10.4.7 deste Edital.

6.2.2. Os benefícios para ME e EPP são limitados às empresas que, no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, e que declararem essa condição no sistema.

7. CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1. A concorrência será realizada em sessão pública por meio da internet, com garantia de segurança mediante criptografia e autenticação em todas as suas fases, operacionalizada pelo sistema BLL COMPRAS (<https://bll.org.br>). Somente poderá participar o interessado que possua cadastro ativo no sistema, com usuário, senha e plano devidamente habilitado

7.2. Para realizar o cadastramento, o interessado deverá acessar o endereço <https://bllcompras.com/Home/Register> com antecedência suficiente, definir sua senha de acesso, encaminhar os documentos necessários para a ativação do registro e selecionar o plano de seu interesse, em estrita conformidade com os termos de uso do sistema



7.3. O regulamento do sistema BLL COMPRAS, que dispõe sobre os valores da taxa de utilização e as demais regras aplicáveis, encontra-se disponível para consulta em: <https://bll.org.br/wp-content/uploads/2025/08/Regulamento-BLL-2025-.pdf>.

7.4. O custo decorrente da utilização do sistema é de responsabilidade exclusiva do participante, que efetuará o pagamento diretamente ao provedor do sistema, a título de taxa pelo uso dos recursos de tecnologia da informação disponibilizados

7.5. Eventuais dúvidas relativas ao cadastramento ou à operação do sistema poderão ser esclarecidas diretamente com o suporte técnico da BLL, disponível em horário comercial por meio do telefone/WhatsApp **(41) 3097-4600**, do e-mail contato@bll.org.br ou pelo portal de atendimento no site <https://bll.org.br/contato>.

7.6. Os licitantes submetem-se integralmente aos termos e condições de uso do sistema, sendo o credenciamento no sistema ato que implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao certame na forma eletrônica.

7.7. O licitante é o único responsável pelas transações realizadas em seu nome, respondendo integralmente pelos atos praticados diretamente ou por meio de seu representante, bem como pela veracidade e firmeza de suas propostas e lances. O provedor do sistema, o Agente de Contratação e a Administração Municipal não responderão por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.8. É dever do licitante manter seus dados cadastrais atualizados junto aos órgãos competentes e verificar regularmente a exatidão das informações registradas nos sistemas, procedendo imediatamente à correção de eventuais inconsistências ou desatualizações identificadas.

7.9. Qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança das credenciais de acesso deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para fins de bloqueio preventivo.

8. FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS INICIAIS

8.1. Nesta licitação adotar-se-á o rito da **inversão de fases**, portanto, a fase de habilitação **antecederá** as etapas de lances e de julgamento

8.2. Após a publicação deste Edital, os licitantes interessados deverão apresentar suas propostas iniciais **acompanhadas dos documentos de habilitação**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário fixados para a abertura da sessão pública.

8.3. Para iniciar o preenchimento da proposta e o envio da documentação de habilitação, o licitante deverá estar logado no sistema, acessar o menu “Processos -> Buscar Processos” e, após localizar o certame em questão, clicar no botão “Proposta”.



8.3.1. Para o envio da proposta, o licitante deverá indicar o valor global pretendido para a obra, com precisão de duas casas decimais, e selecionar a opção correspondente ao seu porte no campo "Declaração de enquadramento de ME, EPP ou equiparada".

8.3.2. A seleção da opção "Tenho outro enquadramento e não estou apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da LC 123/2006" configura renúncia expressa aos benefícios previstos na referida Lei Complementar.

8.3.3. A prestação de informações falsas sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e nas demais regras estipuladas neste Edital.

8.3.4. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deve estar ciente que, nos termos do código tributário municipal e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em especial do RE nº 1.916.376-RS, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS) é o preço do serviço, **não sendo possível deduzir os materiais empregados**, salvo se produzidos pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

8.3.5. **Conforme o art. 58 da Lei nº 14.133/2021, é requisito de pré-habilitação o envio do comprovante de recolhimento da Garantia de Proposta no valor de R\$ 34.078,61 (trinta e quatro mil, setenta e oito reais e sessenta e um centavos), anexado no campo "Arquivo Requerido" durante o cadastramento da proposta.**

a) A garantia de proposta poderá ser prestada em qualquer uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil).

a.1) Caso o licitante opte na caução em dinheiro, deverá efetuar o depósito na seguinte conta corrente: Banco do Brasil – Agência 4095-9 – Conta Corrente: 13586-0, e anexar o comprovante de pagamento no sistema.

b) Caso a garantia seja prestada na modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a apólice ou instrumento deverá conter cláusula de vigência incondicional (mantendo sua validade mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas) ou ser apresentada junto ao comprovante de pagamento integral.

b) A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato ou da data em que a licitação for declarada fracassada.

c) A recusa em assinar o contrato ou a falha na apresentação dos documentos necessários para a contratação implicará a execução do valor integral da garantia de proposta.



8.4. O cadastramento da proposta implica a plena concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, obrigando o licitante ao cumprimento integral do objeto proposto e em total conformidade com o projeto executivo.

8.5. A proposta cadastrada deve abranger a execução do quantitativo total estimado no projeto, sendo expressamente vedada a oferta de quantidades inferiores.

8.6. O sistema permitirá ao licitante modificar ou excluir a proposta previamente cadastrada até o momento exato da abertura da sessão pública.

8.7. O valor proposto deverá contemplar a totalidade dos custos operacionais, frete, encargos (previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e sindicais), ensaios, lucros e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas incidentes sobre a execução da obra.

8.8. A proposta, seja inicial ou decorrente de lances, é de exclusiva responsabilidade do licitante, não se admitindo pleitos de alteração ou invalidação sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.9. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da licitação ocorrerá em sessão pública por meio do sistema eletrônico, na data, horário e sistema indicados neste Edital.

9.2. O sistema disponibilizará um chat específico para a troca de mensagens em tempo real entre o Agente de Contratação e os licitantes.

9.3. Devido à inversão de fases e à exigência de garantia de proposta, o Agente de Contratação verificará inicialmente os requisitos de pré-habilitação (item 8.3.5), excluindo do certame os licitantes que não os cumprirem. Em seguida, conduzirá a fase de habilitação, passando à etapa de lances exclusivamente com os licitantes habilitados.

9.4. Todos os licitantes, independentemente de sua classificação provisória, deverão acompanhar atentamente as fases do processo por meio do sistema eletrônico. O desatendimento a convocações ou a desconexão da plataforma poderão ensejar a desclassificação ou inabilitação, sem prejuízo da instauração de processo administrativo de responsabilização, se aplicável.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Em consonância com o art. 63, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e mediante justificativa da autoridade competente constante dos autos, a fase de habilitação



antecedará as etapas de lances e de julgamento. Desse modo, os documentos de habilitação listados a seguir serão exigidos de todos os participantes e deverão ser enviados em formato digital, via sistema, conjuntamente com a proposta inicial.

10.2. Os documentos exigidos a seguir são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser anexados no sistema, no momento de cadastramento da proposta inicial:

10.2.1. Habilitação jurídica:

I - Contrato social registrado na junta comercial ou documento equivalente capaz de comprovar a existência jurídica da pessoa.

10.2.2. Habilitação Técnica:

I - Declaração unificada, conforme modelo do Anexo IV deste Edital, atestando entre outras coisas, o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

II - Certidão de registro da pessoa jurídica licitante, expedido pelo conselho profissional competente (CREA ou CAU) da sede da licitante, que comprove sua regularidade e habilitação legal para o exercício da atividade.

III - Declaração formal de indicação de Responsável Técnico, indicando o engenheiro civil (ou profissional com atribuição equivalente) que responderá tecnicamente pela obra. Exige-se, no ato de entrega da proposta, a comprovação do vínculo do profissional com a licitante, o que poderá ser feito mediante apresentação de contrato de trabalho (CTPS), contrato social, contrato civil de prestação de serviços ou declaração de contratação futura condicionada à vitória no certame.

IV - Certidão de Registro do Responsável Técnico indicado no item anterior, expedido pelo conselho profissional competente do estado em que o profissional possui registro, comprovando sua regularidade e habilitação para o exercício da profissão.

a) Caso a licitante vencedora e/ou seu responsável técnico não possuam registro no conselho profissional do Estado do Paraná, deverão providenciar o respectivo visto ou registro provisório/definitivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da lavratura do ato de julgamento, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções administrativas cabíveis.

V - Apresentação de 1 (um) ou mais Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA ou CAU), que comprove(m) que a licitante executou, de forma satisfatória, obra de engenharia de características técnicas e operacionais semelhantes ou superiores ao objeto desta licitação.



a) Para fins de comprovação da similaridade de que trata o inciso anterior, serão consideradas como parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, a comprovação de execução dos seguintes quantitativos mínimos:

a.1) Execução de obra de edificação comercial, institucional ou pública (exceto barracão), com área construída igual ou superior a **488,00 m²** (quatrocentos e oitenta e oito metros quadrados).

a.2) Fornecimento e montagem de Estrutura Pré-fabricada/Pré-moldada em concreto armado para edificações, abrangendo área construída igual ou superior a **488,00 m²** (quatrocentos e oitenta e oito metros quadrados).

b) Será admitido o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos nas parcelas de maior relevância, desde que se refiram a obras executadas de forma concomitante ou sucessiva.

c) Os atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito privado deverão estar acompanhados das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

VI - Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU, que comprove que o profissional indicado como Responsável Técnico da licitante possui em seu acervo a responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço com características semelhantes, contemplando, no mínimo, as parcelas de maior relevância exigidas no inciso V, alínea “a” (itens a.1 e a.2).

VII – Relação contendo a quantidade de pessoal que será disponibilizado no canteiro da obra, e a qualificação técnica de cada um dos membros da equipe

VIII – Relação contendo as ferramentas, equipamentos, máquinas e aparelhos que serão disponibilizados para execução da obra;

IX - Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento do local e das condições da obra, ficando assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

a) Caso o responsável técnico deseje realizar a vistoria prévia, deverá agendar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, junto ao Setor de Engenharia do Município pelo telefone (42) 3638-8076 ou e-mail: engenheiro@candoi.pr.gov.br.

10.2.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

I - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação.



III - Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual, e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.

IV - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

10.2.4. Habilitação Econômico-Financeira:

I - Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos últimos dois exercícios sociais, registrados no órgão competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b) Será considerado de boa situação financeira o licitante que possuir índice igual ou superior a 1 de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), e igual ou inferior a 0.5 de endividamento (E), aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$E = (PC + ELP) / (AC + RLP + AP)$$

Onde:

AC = (ativo circulante);

PC = (passivo circulante);

AP = (ativo permanente);

RLP = (realizável a longo prazo);

ELP = (exigível a longo prazo);

D = disponível.

II - Comprovação de possuir capital social ou patrimônio líquido, registrado e integralizado (arquivado na Junta Comercial) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da obra ora licitada.

III - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida nos últimos 3 (três) meses, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

10.3. Da Legitimidade e Responsabilidade Documental

10.3.1. É de exclusiva responsabilidade do licitante conferir a exatidão de suas informações cadastrais no SICAF e mantê-las atualizadas, providenciando a imediata correção de registros incorretos ou desatualizados, sob pena de inabilitação.



10.3.2. Os documentos anexados ao sistema ou constantes do SICAF serão presumidos como cópias fiéis dos originais, sob a inteira responsabilidade civil e criminal do licitante pela sua veracidade.

10.4. Da Análise dos Documentos

10.4.1. A fase de habilitação será processada pelo Agente de Contratação em relação a todos os licitantes participantes, observando os critérios definidos neste instrumento.

10.4.2. Após abertura da sessão pública, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, exceto em sede de diligência, exclusivamente para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.4.3. A ausência de anexação de documentos no sistema eletrônico pelo licitante, ou a ocorrência de documentação incompleta, permite ao Agente de Contratação consultá-los e obtê-los diretamente no SICAF, desde que estejam cadastrados e válidos na plataforma.

10.4.4. Nos termos do Art. 39, § 6º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

10.4.5. O agente de contratação verificará se os licitantes atendem às condições de participação no certame, conforme o Art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e o item 5.1 deste Edital, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação. Essa verificação será realizada mediante consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF.

II - Cadastro de restrições ao direito de contratar, mantido pelo TCE-PR.

III - Consulta consolidada de pessoa jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).

10.4.6. O licitante que apresentar todos os documentos exigidos no item 9.2, dentro de seus respectivos prazos de validade, terá sua proposta habilitada e estará apto a participar da fase de lances.



10.4.7. Da Regularização Fiscal Tardia:

10.4.7.1. A existência de restrições na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas e empresas de pequeno porte ensejará a habilitação com ressalvas e não obstará sua participação na fase de lances.

10.4.7.2. Caso a ME ou EPP com restrições seja declarada vencedora da licitação, ser-lhe-á assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada vencedora, prorrogável por igual período a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão das respectivas certidões.

10.4.7.3. A não regularização da documentação no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste Edital, facultando-se à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação.

10.4.8. Sempre que solicitado, o licitante deverá disponibilizar as informações necessárias para comprovar a legitimidade dos atestados apresentados, exibindo cópia do contrato respectivo, notas fiscais, endereço atualizado da contratante e local de prestação dos serviços, além de outros subsídios exigidos pelo Agente de Contratação.

10.4.9. Será inabilitado a proposta:

I – Cadastrada sem o comprovante de recolhimento da Garantia de Proposta conforme item 8.3.5 do Edital;

II – Cadastrada sem os documentos de habilitação exigidos neste Edital;

III – Que os documentos de habilitação apresentados não contemplem a totalidade das exigências fixadas no item 10.2;

IV – Respalhada em documentos com validade expirada, observadas as situações excepcionalizadas no item 10.4.7 (regularização fiscal tardia);

V - Cadastrada sob a condição de ME/EPP sem que a empresa atenda aos requisitos legais para fruição do benefício

VI – Vinculada a participante que possua impedimento legal para licitar ou contratar com efeitos estendidos a este certame;

VII – Apoiada em documento constatado como ilegítimo, inválido ou desprovido de convalidação.

10.4.10. Encerrada a fase de habilitação, dar-se-á início à fase competitiva de lances.



11. DA FASE DE APRESENTAÇÃO DE LANCES

11.1. A fase de lances ocorrerá após o encerramento da habilitação, sendo permitida a participação exclusiva dos licitantes declarados habilitados.

11.2. Em caso de desconexão do Agente de Contratação durante a fase competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para a recepção de lances.

11.3. Se a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por mais de dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após 24 horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico de divulgação.

11.4. Iniciada a fase de lances, o envio deverá ocorrer exclusivamente por meio eletrônico, com as seguintes condições:

I – O lance deverá ser ofertado pelo preço **global da obra**;

II – O critério de julgamento será o de **menor preço**;

III – O intervalo mínimo de diferença entre lances será de R\$ 100,00 (cem reais);

IV – O licitante somente poderá cadastrar lance de valor inferior ao seu último registro.

11.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.6. Caso o licitante não apresente lances, este concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

11.7. Adotar-se-á o modo de disputa “**aberto**”, observando-se:

11.7.1. A etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos;

11.7.2. Haverá prorrogação automática de 02 (dois) minutos sempre que houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração;

11.7.3. Definida a melhor proposta, se a diferença para o segundo colocado for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa para definição das demais colocações.

11.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro, exclusivamente para correção de lances inconsistentes ou inexequíveis.

11.9. Do Procedimento de Desempate:

11.9.1. Encerrada a fase de lances, o sistema aplicará de forma automática os critérios de desempate, na seguinte ordem sucessiva:



11.9.2. Preferência de Contratação de ME/EPP (Empate Ficto): Aplicação dos critérios previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.9.3. Desempate da Lei Geral: Aplicação sucessiva dos critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

11.9.4. Empate Real (Sorteio): Persistindo o empate após as fases anteriores, a definição ocorrerá mediante sorteio transmitido ao vivo, com divulgação prévia do link de acesso aos interessados.

11.10. Concluídos os lances e aplicados os critérios de desempate, o sistema ordenará as propostas de forma crescente para dar início à fase de julgamento.

12. FASE DE JULGAMENTO

12.1. Estabelecida a ordem definitiva de classificação, o Agente de Contratação iniciará o julgamento da proposta mais bem posicionada.

12.2. Se a proposta classificada em primeiro lugar apresentar valor superior ao preço máximo fixado para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas. Caso não se obtenha êxito, a negociação poderá ser estendida aos licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

12.3. Encerradas as negociações, o Agente de Contratação solicitará ao licitante com a melhor classificação que, no prazo de 2 (duas) horas, anexe ao sistema eletrônico a proposta final, em formato PDF digitalmente assinado. A proposta deverá estar devidamente atualizada com os valores correspondentes último lance ofertado.

12.3.1. A proposta final deverá seguir rigorosamente o modelo constante no Anexo II deste Edital.

12.3.2. A proposta deverá estar acompanhada do cronograma-físico financeiro, planilha de materiais e serviços e a composição do BDI (em PDF assinado e .XLS). Os preços unitários e globais dos materiais e serviços não poderão ser superiores aos inicialmente estabelecidos no Projeto orçado pela administração.

12.3.2.1. O BDI utilizado para estabelecer o preço máximo é referencial para a Prefeitura de Candói-PR, devendo o licitante compor a sua taxa conforme a sua realidade, desde que corretamente apresentada por intermédio da respectiva fórmula e memória de cálculo. Caso o licitante não apresente a sua composição do BDI, considerar-se-á que adotou o BDI referencial da Prefeitura de Candói-PR.

12.3.2.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

12.3.2.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido



- CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013 (TCU, Súmula 254).

12.3.3. Excepcionalmente, o Agente de Contratação poderá prorrogar o prazo para apresentação da proposta final, desde que devidamente justificado pelo licitante e comunicado por meio do chat do sistema eletrônico.

12.4. O Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua perfeita adequação ao objeto licitado e à compatibilidade frente ao valor global estimado para a contratação.

12.5. Erros simples de preenchimento na planilha não constituem motivo para a desclassificação imediata da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço global e que reste comprovado que o valor é suficiente para arcar com os custos integrais da contratação. Este saneamento limita-se estritamente a falhas que não alterem a substância e a competitividade da proposta

12.6. O Edital e a proposta final apresentada constituem um conjunto indissociável, vinculando o licitante ao cumprimento de todas as especificações e exigências estabelecidas em ambos os documentos.

12.7. Será desclassificada a proposta que:

12.7.1. Contiver vícios insanáveis;

12.7.2. Não obedecer às especificações técnicas detalhadas neste Edital e Projeto;

12.7.3. Apresentar valores globais ou unitário, seja na proposta ou planilha de materiais e serviços, superior ao valor estimado para contratação;

12.7.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. Após a fase de lances e convocação pelo Agente de Contratação, não for anexada ao sistema dentro do prazo fixado, com o valor adequado ao último lance, acompanhada do cronograma e planilha de materiais e serviços;

12.8. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.9. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta ou necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser realizadas diligências para que o licitante comprove a exequibilidade de sua proposta.

12.10. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:



I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.11. Caso a proposta atenda às exigências do Edital, será aceita pelo Agente de Contratação, e declarada vencedora.

12.12. Em caso de desclassificação da proposta, o Agente de Contratação convocará os demais licitantes, respeitada a estrita ordem de classificação, para a apresentação de suas propostas. O descumprimento injustificado das convocações ensejará a abertura de processo de responsabilização para aplicação das penalidades legais cabíveis.

13. DO SANEAMENTO DE ERROS OU FALHAS

Proposta

13.1. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, quando se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Documentos de habilitação

13.2. O agente de contratação poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo máximo de 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de lavratura da ata de julgamento.



14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo ou não cadastrados no sistema eletrônico, não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do Município www.candoi.pr.gov.br.

15. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de habilitação e julgamento, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.



15.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DO CONTRATO E DA GARANTIA

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo máximo de 1 (um) mês, para prestar o seguro-garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, conforme procedimentos previstos na minuta contratual anexo a este edital, sob pena de decair o direito à contratação e aplicação de outras penalidades previstas no edital e lei.

16.2. Caberá ao adjudicatário optar por alguma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

16.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

16.4. O prazo de vigência da apólice será de pelo menos 30 (trinta) dias superior ao prazo de vigência do contrato a ser firmado, e deverá acompanhar as modificações referentes a sua vigência mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

16.5. Após prestação do seguro-garantia, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.6. O contrato será por escopo, e terá duração inicial de **16 (dezesesseis) meses**, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com possibilidade de prorrogação nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.7. A convocação será feita via ofício pelo sistema de Processos Digitais do município. O contrato deverá ser assinado digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal 138/2021.

16.8. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.



16.9. A recusa injustificada para assinatura do contrato, ou cuja justificativa não seja aceita pela administração, implicará na instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

17. DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

17.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser realizada mediante dois instrumentos, observadas suas naturezas, condições e finalidades específicas:

I – **Reajuste (reajustamento em sentido estrito)**, destinado à recomposição da variação inflacionária dos custos contratuais, com base em índice previamente pactuado, nos termos do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II – **Revisão (reequilíbrio econômico-financeiro extraordinário)**, cabível em situações excepcionais decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou ainda de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da administração, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

17.2. O prazo para análise e decisão sobre os pedidos de reajuste ou revisão será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento do requerimento formal instruído pelo contratado, podendo ser prorrogado de forma justificada.

Do Reajustamento em Sentido Estrito

17.3. O reajuste tem por objetivo a recomposição dos preços do contrato em razão da perda do poder de compra da moeda, mediante aplicação do índice pactuado.

17.4. O reajuste será aplicado anualmente, após o decurso de 12 (doze) meses. O marco temporal inicial para a contagem deste prazo é, expressamente, o dia 14 de maio de 2026 (data do orçamento estimado pela Administração), conforme dispõe o art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI/FGV), aplicando-se a variação acumulada nos 12 (doze) meses transcorridos a partir do marco temporal inicial definido no subitem anterior.

Da Revisão (Reequilíbrio Econômico-Financeiro Extraordinário)

17.6. Independentemente do reajuste, o contrato poderá ser objeto de revisão extraordinária sempre que fatos supervenientes e imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, onerarem excessivamente sua execução ou impedirem seu cumprimento nas condições originalmente pactuadas.



17.7. O pedido de revisão deverá ser formalizado e instruído com documentação que comprove, de forma objetiva, o evento gerador do desequilíbrio e a efetiva repercussão econômica no contrato, podendo incluir, entre outros documentos:

I – Notas fiscais de aquisição de insumos e materiais;

II – Planilhas comparativas de custos antes e após o evento;

III – Relatórios, laudos técnicos, estudos econômicos ou outros elementos que demonstrem o impacto econômico-financeiro.

17.8. A revisão poderá ser concedida em qualquer momento da execução contratual, sem limitação de periodicidade, desde que configuradas as hipóteses legais.

18. MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

18.1. O regime de execução, modelo de gestão e de execução do contrato constam na minuta do contrato anexado neste Edital.

19. DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

19.1. O recebimento e pagamento do objeto observará o procedimento previsto na minuta do contrato anexa a este Edital.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, praticadas com dolo ou culpa pelo licitante ou contratado, as condutas abaixo elencadas ou outras de natureza equivalente, conforme tipificação específica:

I – Infrações de natureza formal ou procedimental:

a) Deixar de prestar o seguro-garantia, apresentar documentação exigida no edital ou atender diligência determinada pelo agente de contratação;

b) Não manter a proposta dentro do prazo de validade, salvo por fato superveniente devidamente justificado, especialmente quando:

1. não anexar no sistema a proposta, planilha de serviços ou cronograma físico-financeiro ajustado ao último lance ofertado;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigido;

3. solicitar desclassificação após o encerramento da etapa competitiva;

4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;



- c) Não celebrar o contrato ou deixar de entregar documentação necessária à contratação quando convocado;
- d) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- e) Não efetuar a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista tardia de que trata o art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo determinado pelo agente de contratação;

II – Infrações de execução contratual:

- a) Executar o objeto em desacordo com o edital, o contrato ou seus anexos;
- b) Descumprir prazos, cronogramas ou obrigações assumidas;

III – Infrações de natureza grave ou dolosa:

- a) Apresentar declaração ou documentação falsa em qualquer fase do certame;
- b) Fraudar a licitação ou agir em conluio com outros licitantes;
- c) Induzir a Administração a erro no julgamento;
- d) Praticar atos ilícitos destinados a frustrar os objetivos da licitação;
- e) Cometer atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

20.2. Observado o contraditório e a ampla defesa, poderão ser aplicadas as seguintes sanções administrativas, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até reabilitação perante a autoridade sancionadora.

20.3. Na dosimetria da sanção, serão considerados:

I – a natureza e gravidade da infração;

II – as circunstâncias do caso concreto;

III – as consequências e danos à Administração;

IV – eventual reincidência, agravantes ou atenuantes verificadas.



20.4. A penalidade de multa observará os seguintes parâmetros:

I – Infrações formais e de execução (incisos I e II do item 20.1): multa de 0,5% a 15% sobre o valor do contrato ou do item;

II – Infrações graves ou dolosas (inciso III do item 20.1): multa de 15% a 30% sobre o valor do contrato ou do item;

III – O recolhimento deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

IV – As sanções de multa poderão ser aplicadas cumulativamente às demais penalidades.

20.5. A aplicação de multa será precedida de notificação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

20.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicável, preferencialmente, às infrações elencadas nos incisos I e II do item 20.1, quando não couber penalidade mais grave.

20.7. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada nas hipóteses do inciso III do item 20.1, bem como quando as infrações descritas nos incisos I e II justificarem a imposição de penalidade mais severa, observado o art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

20.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, quando convocado, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, ensejando a aplicação das penalidades cabíveis e a perda da garantia de proposta.

20.9. A apuração de responsabilidade para aplicação das sanções de impedimento e de inidoneidade dependerá de processo administrativo próprio, conduzido por comissão composta por, no mínimo, dois servidores estáveis, assegurada defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

20.10. Caberá:

I – Recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar;

II – Pedido de reconsideração, no mesmo prazo, contra a sanção de declaração de inidoneidade;

III – Ambos terão efeito suspensivo até decisão final da autoridade competente.

20.11. A aplicação de qualquer sanção não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.



21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O termo de julgamento será divulgado no sistema eletrônico e no sítio eletrônico oficial do Município.

21.2. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.7. Este edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico do Município www.candoi.pr.gov.br.

Candói, em 27 de maio de 2026.

Lucimara Pinheiro da Silva

Agente de Contratação

Portaria nº 217, de 2023.



ANEXO I PROJETO EXECUTIVO

O Projeto Executivo, em formato digital, é disponibilizado como anexo a este Edital e pode ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sistema de Concorrência Eletrônica ou no Portal Oficial do Município.



ANEXO II
PROPOSTA FINAL
(timbre da empresa)

(local e data)

Ao
Município de Candói - Estado do Paraná
Ref.: Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026.
Processo nº 1.996/2026

1. Identificação do proponente:

| | | | |
|---------------|--|-----------|-------|
| Razão Social: | | | |
| CNPJ: | | Telefone: | () - |
| Email: | | | |

2. Identificação do Representante Legal para assinatura do Contrato:

| | | | |
|----------------|--|-------------------|--|
| Nome: | | | |
| CPF: | | RG/Órgão Emissor: | |
| Cargo: | | | |
| Email pessoal: | | | |

3. Objeto da Proposta:

A empresa supracitada, em estrita conformidade com os termos e condições estabelecidas no Edital da Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026 e seus anexos, apresenta formalmente sua proposta referente a **execução da obra de construção do Centro Comercial Municipal, com recursos provenientes de Emendas Federais Individuais (Especiais e Impositivas) e de recursos próprios do município**, conforme as especificações detalhadas no item 4 desta proposta.

4. Proposta Financeira:

O valor GLOBAL da presente proposta é de R\$ (.....).

5. DECLARAÇÕES:

O PROPONENTE declara, para todos os fins de direito e em conformidade com o Edital de Concorrência em epígrafe, que:



- a) A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e nas convenções coletivas de trabalho vigentes até esta data.
- b) Nos termos do código tributário municipal e da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em especial do RE nº 1.916.376-RS, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS) é o preço do serviço, **não sendo possível deduzir os materiais empregados**, salvo se produzidos pelo prestador do serviço fora do local da prestação dos serviços que ficam sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

6. VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente proposta possui validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

Atenciosamente,

(Identificação e assinatura do responsável legal ou
Procurador, neste caso encaminhar procuração)



III - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº ____/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.002/2026
PROCESSO Nº 1.996/2026

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE CANDÓI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06 e portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, doravante denominado CONTRATANTE, e [.....], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [.....], com sede na [.....], neste ato representada pelo(a) Sr.(a) [.....], inscrito(a) no CPF sob o nº [.....] e portador(a) da Cédula de Identidade Civil RG nº [.....], doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e demais legislação pertinente, e em decorrência do Processo nº 1.996/2026 da Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto a execução por escopo, de **obra de construção do Centro Comercial Municipal, com recursos provenientes de Emendas Federais Individuais (Especiais e Impositivas) e de recursos próprios do município**, conforme proposta do contratado, projeto elaborado pelo contratante, e demais cláusulas deste contrato.

1.2. Integram e vinculam o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026, seus anexos, incluindo o Projeto e a proposta do CONTRATADO. Em caso de divergência, prevalecerão as disposições contratuais

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de **16 (dezesseis) meses** contado da sua assinatura.

2.2. Os prazos contratuais serão automaticamente prorrogados, independentemente de termo aditivo, quando a obra não for inteiramente concluída no período fixado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, conforme dispositivo do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8017 - E-mail: licitacao@candoi.pr.gov.br



3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$** [.....].

Recebimento do Objeto

3.2. A medição ocorrerá em conformidade com o cronograma físico-financeiro, parte integrante do Projeto e deste contrato, e será resumida ao boletim de medição.

3.3. Após análise do boletim e vistoria na obra, o fiscal do contrato ou comissão, decidirá sobre o recebimento provisório da parcela executada, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com o projeto.

3.4. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se estiver em desacordo com as especificações constantes no projeto, devendo ser corrigido imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5. Após aceitação do objeto, o contratado deverá emitir a nota fiscal.

3.6. Concluída a execução, desmobilizado o canteiro e realizada a limpeza do local, o contratado deverá solicitar o termo de recebimento provisório da obra.

3.6.1. O termo de recebimento provisório somente será lavrado se o objeto estiver concluído, aceito e medido, ou carecendo de pequenos ajustes que possam ser facilmente corrigidos, a critério do contratante.

3.6.2. Caso contrário, será lavrado termo de rejeição, devidamente fundamentado.

3.7. Após 90 (noventa) dias da data do termo de recebimento provisório, e mediante apresentação da Certidão Negativa de Regularidade da Obra (CNO) perante a Receita Federal, bem como do cumprimento de todas as obrigações contratuais, o contratado deverá solicitar a emissão do termo de recebimento definitivo da obra.

3.8. O recebimento provisório ou definitivo não exime o contratado da responsabilidade objetiva, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, quanto à solidez, segurança, materiais e serviços executados e funcionalidade da obra.

3.8.1. Em caso de vício, defeito ou incorreção, o contratado responderá pela reparação, correção, reconstrução ou substituição necessárias.

Nota Fiscal

3.9. A nota fiscal deverá ser emitida em favor do órgão indicado na nota de empenho ou requisição de compra.

3.9.1. Nos termos do código tributário municipal e da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em especial do RE nº 1.916.376-RS, a base de cálculo do Imposto Sobre Serviços (ISS) é o preço do serviço, **não sendo possível deduzir os materiais empregados**, salvo se produzidos pelo prestador do serviço fora do local



da prestação dos serviços que ficam sujeitos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

3.9.2. A nota fiscal deverá conter, em campo apropriado:

- a) dados bancários para pagamento;
- b) referência à licitação, contrato, requisição de compra ou nota de empenho;
- c) percentual e valor da retenção do ISS e do IRRF.

3.9.3. Em observância à IN RFB nº 2.145/2023 e ao Decreto Municipal nº 358/2023:

- a) o destaque do IRRF deverá constar em campo próprio da nota fiscal;
- b) na ausência de campo específico, as informações deverão constar no campo “Outras Informações”;
- c) nos casos de não incidência do IRRF, deverá constar a fundamentação legal nesse mesmo campo.

Da Liquidação

3.10. Para fins de liquidação da despesa, o contratado deverá encaminhar, juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- a) boletim de medição emitido pelo Setor de Engenharia da Administração Municipal;
- b) termo de recebimento da etapa executada;
- c) nota fiscal;
- d) Cadastro Nacional de Obras (CNO), no caso da primeira medição;
- e) declaração contendo a relação nominal dos empregados alocados na obra;
- f) guia do FGTS Digital com comprovante de pagamento e detalhamento dos empregados vinculados à CNO;
- g) recibo da DCTFWeb, DARF e comprovante de pagamento dos encargos previdenciários dos empregados da CNO;
- h) prova de regularidade junto ao FGTS;
- i) prova de regularidade perante a Fazenda Federal;
- j) CND do CNO, no caso da última medição;



j.1. A não apresentação da CND do CNO permitirá ao contratante efetuar o pagamento da parcela com retenção de 30% (trinta por cento) até a entrega da certidão, desde que o contratado autorize, por instrumento legal, a consulta e regularização das pendências com o valor retido, caso não haja regularização em até 6 (seis) meses após o pagamento da última parcela;

3.11. Recebida a documentação em conformidade, o setor competente procederá à liquidação da despesa.

3.12. Havendo erro na nota fiscal ou nos documentos apresentados, a liquidação será sobrestada até a regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após a comprovação do saneamento, sem ônus ao contratante.

Do Prazo de Pagamento

3.13. Nos termos do Art. 131 do Decreto Municipal nº 296, de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento.

3.14. No caso de atraso motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

Da Forma de Pagamento

3.15. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, mediante crédito em conta corrente, agência e banco indicados pelo contratado.

3.16. No ato do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias do ISS e do IRRF, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste contrato estão devidamente amparadas por previsão orçamentária, correndo integralmente à conta dos recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o presente exercício financeiro de 2026, de modo a contemplar a totalidade do cronograma físico-financeiro da obra, conforme o projeto:

4.2. A classificação orçamentária detalhada da despesa para o exercício corrente (2026) está distribuída conforme a tabela abaixo:

| Dotação / Atividade | Conta | Fonte de Recurso | Natureza de Despesa | Grupo da Fonte | Valor (R\$) |
|--|-------|-------------------------------------|---------------------------------------|----------------|-------------|
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04120 | 00000 – Recursos Ordinários (Livre) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | Do Exercício | 1.000,00 |



| Dotação / Atividade | Conta | Fonte de Recurso | Natureza de Despesa | Grupo da Fonte | Valor (R\$) |
|--|-------|---|---------------------------------------|--------------------------|--------------|
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04120 | 00000 – Recursos Ordinários (Livre) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 1.739.635,27 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04122 | 00501 - Alienação de Ativos - Outras Áreas | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 243.669,56 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04124 | 00864 - Emenda Indiv. Especial nº 19680003 (PPAC) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | Do Exercício | 2.801,56 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04124 | 00864 - Emenda Indiv. Especial nº 19680003 (PPAC) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 57.300,48 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04126 | 00871 - Emenda Indiv. Especial nº 38360001 (BSR) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 22.345,23 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04127 | 00874 - Emenda Indiv. Especial nº 202338090003 (Mercado Público) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | Do Exercício | 37.356,62 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04127 | 00874 - Emenda Indiv. Especial nº 202338090003 (Mercado Público) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 1.053.379,68 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04129 | 01016 - Emendas Individuais Impositivas - Transferência Especial - (Art. 169-A, I CF) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | Do Exercício | 8.507,70 |
| 12.001.04.122.0003.2058 – Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa – SDET | 04129 | 01016 - Emendas Individuais Impositivas - Transferência Especial - (Art. 169-A, I CF) | 4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações | De Exercícios Anteriores | 241.865,84 |

4.3. Durante execução do contrato, especialmente nas últimas medições, visando à melhor eficiência e ao pleno aproveitamento da execução orçamentária, as proporções dos valores informados entre as dotações descritas no item 4.2 poderão ser reajustadas e adequadas. Esse ajuste tem como finalidade viabilizar a utilização de saldos provenientes de contas que auferiram rendimentos financeiros, desde que devidamente respeitado o limite do valor total empenhado para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



5.1. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato poderá ser realizada mediante dois instrumentos, observadas suas naturezas, condições e finalidades específicas:

I – **Reajuste (reajustamento em sentido estrito)**, destinado à recomposição da variação inflacionária dos custos contratuais, com base em índice previamente pactuado, nos termos do art. 134 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

II – **Revisão (reequilíbrio econômico-financeiro extraordinário)**, cabível em situações excepcionais decorrentes de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou ainda de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da administração, nos termos do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 137 do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

5.2. O prazo para análise e decisão sobre os pedidos de reajuste ou revisão será de até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento do requerimento formal instruído pelo contratado, podendo ser prorrogado de forma justificada.

Do Reajustamento em Sentido Estrito

5.3. O reajuste tem por objetivo a recomposição dos preços do contrato em razão da perda do poder de compra da moeda, mediante aplicação do índice pactuado.

5.4. O reajuste será aplicado anualmente, após o decurso de 12 (doze) meses. O marco temporal inicial para a contagem deste prazo é, expressamente, o dia 14 de maio de 2026 (data do orçamento estimado pela Administração), conforme dispõe o art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

5.5. O índice de reajuste adotado será o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-DI/FGV), aplicando-se a variação acumulada nos 12 (doze) meses transcorridos a partir do marco temporal inicial definido no subitem anterior..

Da Revisão (Reequilíbrio Econômico-Financeiro Extraordinário)

5.6. Independentemente do reajuste, o contrato poderá ser objeto de revisão extraordinária sempre que fatos supervenientes e imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, ou ainda situações de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fato da Administração, onerarem excessivamente sua execução ou impedirem seu cumprimento nas condições originalmente pactuadas.

5.7. O pedido de revisão deverá ser formalizado e instruído com documentação que comprove, de forma objetiva, o evento gerador do desequilíbrio e a efetiva repercussão econômica no contrato, podendo incluir, entre outros documentos:

I – Notas fiscais de aquisição de insumos e materiais;



II – Planilhas comparativas de custos antes e após o evento;

III – Relatórios, laudos técnicos, estudos econômicos ou outros elementos que demonstrem o impacto econômico-financeiro.

5.8. A revisão poderá ser concedida em qualquer momento da execução contratual, sem limitação de periodicidade, desde que configuradas as hipóteses legais.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. O contratado poderá subcontratar até o limite de 30% do objeto contratual.

6.1.1. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.1.2. O contratado apresentará ao contratante documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - MODELO DE EXECUÇÃO

7.1. O regime de execução deste contrato é pela forma de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Condições, prazos e local de execução:

8.1. O prazo de execução da obra é de **10 (dez) meses**, contados da assinatura da ordem de serviço, sem a qual, ficará vedado o início da obra.

8.2. O prazo de execução poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente, mediante requerimento da parte interessada, instruído de provas e justificativas dos fatos supervenientes ou de força maior, ou de ofício nos termos do Art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.3. A local da obra é na Avenida José Antunes Fabrício, n. 1960 - Bairro Pioneiros, Candói-PR (<https://maps.app.goo.gl/iHCWaT2gC3GaxeyKA>), Coordenadas Geográficas: 25°34'26.7"S 52°03'12.8"W.

CLÁUSULA NONA – DA REUNIÃO DE PARTIDA

www.candoi.pr.gov.br

CNPJ: 95.684.478/0001-94 - CANDÓI - PARANÁ

Av. XV de Novembro, 1761 - Bairro Cacique Candói - CEP 85.140-000 - Cx. Postal 041

Fone: (42) 3638-8017 - E-mail: licitacao@candoi.pr.gov.br



9.1. Como condição para o início da obra, o contratado deverá agendar reunião de partida com o fiscal do contrato, na qual estarão presentes representantes das partes, fiscal do contrato e/ou de obras, e o técnico em segurança do trabalho.

9.2. A reunião será para abertura do diário de obra, e será tratado das suas especificidades, características gerais, implantação, cronogramas e etc., nesta ocasião ainda, o contratado deverá apresentar ao técnico em segurança do trabalho, todos os EPIs e EPCs necessários nos termos das normas vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I - supervisionar e fiscalizar a execução e obrigações contratuais;

II - notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

III - efetuar o pagamento no valor, prazo e forma estabelecidos neste contrato.

10.2. São obrigações do CONTRATADO:

I - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação no edital da licitação;

II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III - manter preposto para representá-lo na execução deste contrato;

IV - instalar a placa da obra conforme modelo disponibilizado pelo fiscal do contrato;

V - executar a obra sob a orientação e supervisão do responsável técnico apresentado na fase de habilitação da licitação, observando que a eventual substituição somente poderá ocorrer mediante prévia autorização formal do contratante;

VI - emitir a anotação de responsabilidade técnica ou instrumento equivalente, na forma das normas vigentes, liquidar e apresentar ao fiscal do contrato;

VII - executar a obra em estrita observância ao projeto, inclusive quanto aos prazos;

VIII - se responsabilizar pela mobilização do canteiro da obra (alocação de escritório, sanitários, luz, água, andaimes, cercas, equipamentos, ferramentas, recursos humanos e etc.);



IX - contratar somente profissionais qualificados e que estejam instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho e apresentem estado de saúde compatível com as atividades a serem desenvolvidas;

X - se responsabilizar pelo veículo, máquinas, equipamentos, ferramentas e tudo quanto for necessário para a execução da obra;

XI - no encerramento do contrato, realizar a desmobilização do canteiro da obra, realizando demolição de estruturas provisórias, limpeza do local e recolhimento de entulhos;

XII - cumprir a legislação vigente em matéria de segurança e medicina do trabalho, abrangendo todas as normas regulamentadoras, inclusive a NR-6 que trata dos equipamentos de proteção individual, fornecendo os equipamentos de forma gratuita e de acordo com os riscos de cada função;

XIII - treinar seus funcionários e tornar obrigatório o uso de equipamento de proteção individual e coletivo, respondendo isoladamente, em todas as esferas, por eventuais acidentes de trabalho;

XIV - solicitar ao contratante a presença imediata do fiscal do contrato e técnico em segurança do trabalho em caso de acidente na obra, para que seja providenciada a necessária perícia;

XV - atender às determinações regulares emitidas pela fiscalização deste instrumento ou ainda por autoridade superior;

XVI - utilizar na obra somente materiais de primeira linha, com registro nos órgãos de controle, quando for o caso, que atendam todas as características técnicas exigidas no projeto;

XVII - utilizar produtos, equipamentos e serviços que, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

XVIII - realizar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra;

XIX - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscalização deste contrato, os componentes do objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos insumos empregados. Ainda no mesmo sentido, considerar-se-á defeituoso todo e qualquer componente que tenha sido instalado sem prévia aprovação do fiscal;

XX - se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes da execução do contrato, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado ao contratante ou à terceiros, ficando autorizado o



desconto dos pagamentos devidos ou da garantia, caso existente, o valor correspondente aos danos sofridos;

XXI - indenizar o contratante ou a terceiros por quaisquer danos causados, em decorrência de imprudência ou imperícia ou inabilidade;

XXII - assumir a responsabilidade pelos atos ilícitos (penais, administrativos e civis) que seus funcionários venham a causar, promovendo-lhes a responsabilização pelas normas que adotar;

XXIII - se responsabilizar pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive previstas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas na execução deste contrato, bem como fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

XXIV - pagar em dia as remunerações de todos os seus funcionários envolvidos na execução deste contrato, em estrita obediência à legislação trabalhista e convenções ou acordos trabalhistas, sem nenhum vínculo ou condicionamento com os pagamentos das medições encaminhadas ao contratante;

XXV - comunicar à fiscalização deste contrato, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique por conta da execução do objeto. Ainda no mesmo prazo, responder a todo e qualquer questionamento efetuado pela fiscalização deste instrumento;

XXVI - prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, se for o caso e a qualquer tempo, ao local e aos documentos relativos à execução do objeto;

XXVII - paralisar, por determinação da fiscalização do contratante, qualquer atividade na execução do objeto que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do contratante e/ou de terceiros;

XXVIII - promover a guarda, a manutenção e a vigilância de instalações, materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência deste contrato;

XXIX - executar o objeto com estrita observância às normas da legislação pertinente, mantendo as instalações do contratante que eventualmente fizer uso sempre limpas e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XXX - submeter previamente, por escrito, à fiscalização deste contrato, para análise e manifestação, quaisquer mudanças que fujam às especificações do projeto;



XXXI - guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução deste contrato;

XXXII - observar constantemente todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e dos servidores do contratante, de maneira que as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho retem inteiramente atendidas;

XXXIII - manter no local da execução do objeto, sob os cuidados de seu preposto, o diário da obra para anotações e registros pertinentes. É da competência do contratado registrar no diário da obra todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, cabendo a fiscalização deste contrato confirmar ou retificar o registro;

XXXIV - garantir os serviços executados e materiais empregados na obra, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ficando responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

a) Se o contratado, em qualquer fase da obra, considerar necessário a modificação do projeto, deverá requerer suas alterações em tempo hábil, não se justificando o abandono das atividades por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna.

b) O contratado não se eximirá da responsabilidade quanto a negligência ou descumprimento de todas as normas que disciplinam sobre a medicina e segurança do trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MATRIZ DE RISCOS

11.1. Em atendimento ao disposto no art. 22 e no art. 103 da Lei nº 14.133/2021, fica estabelecida a presente Matriz de Riscos, com a finalidade de identificar, alocar e gerenciar, de forma objetiva e transparente, os riscos associados à execução do objeto contratual, definindo previamente a responsabilidade de cada parte e os mecanismos de mitigação aplicáveis.

11.2. Para fins desta Cláusula, consideram-se riscos os eventos supervenientes, incertos e alheios à vontade das partes que possam impactar o equilíbrio econômico-financeiro, a execução, a continuidade, a qualidade ou a segurança da obra contratada.

11.3. A alocação dos riscos observará os princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade, da alocação ótima do risco e da responsabilidade pelo fato gerador, atribuindo-se cada risco à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou jurídicas para administrá-lo ou mitigá-lo.

11.4. MATRIZ DE RISCOS CONTRATUAIS



| Evento de Risco | Descrição | Probabilidade / Impacto | Responsável | Medidas de Mitigação |
|---|---|-------------------------|---------------|--|
| Danificações na obra por condições climáticas | Necessidade de refazimento de parte da obra por danos corridos por condições climáticas adversas | Baixa / Médio | Compartilhado | O responsável técnico, preposto e fiscal do contrato fará o monitoramento do clima, e definirão plano preventivo. Havendo necessidade de refazer algum serviço, o mesmo será indenizado através de termo aditivo, desde que comprovado cabalmente tratar-se de evento decorrente de ação do tempo, sem que haja culpa, imprudência ou imperícia do contratado. |
| Danos na obra por ação de vandalismo | O refazimento de serviço prejudicado por ação de vandalismo | Baixa / Médio | CONTRATADA | Fazer a sinalização e isolamento da área e a guarda adequada das ferramentas e equipamentos |
| Defeito na obra | Refazimento de serviços que ainda se encontrem no prazo de garantia | Médio / Médio | CONTRATADO | Empregar somente materiais de qualidade e mão de obra qualificada, seguindo as normas técnicas pertinentes. Caso constate alguma situação anormal no canteiro, que possa comprometer a qualidade da obra, notificar imediatamente e formalmente o fiscal antes de executar o serviço |
| Proposta inexecutável | Despesas além das previstas, especialmente com pessoal, deslocamentos, hospedagem, alimentação e combustíveis | Baixa / Alto | CONTRATADO | Visitar o local da obra e analisar cuidadosamente o projeto. Elaborar planilha de custo cuidadosamente em conjunto com área contábil da empresa, garantindo que a proposta apresentada é suficiente. Sempre prever margem de segurança na proposta, levando em conta no mínimo os riscos da presente matriz. |



| | | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|---------------|---|
| Extravio, danos ou furtos de bens | Extravio, danos ou furto de bens, materiais e equipamentos próprios | Baixo / Baixo | CONTRATADO | Isolar apropriadamente o local da obra e construir depósito com fechadura a apropriado para guarda dos objetos e materiais utilizados |
| Indenizações | Indenizações e responsabilidades de natureza administrativa, civil ou criminal decorrentes de falha na prestação do serviço, bem como de atos de imprudência, negligência ou imperícia | Baixo / Alto | CONTRATADO | Fornecer todos os EPIs e EPCs e instruir quanto o correto uso, garantindo que nenhum operário trabalhe sem o uso adequado. Não executar nenhuma atividade sem emissão da ART e sem a supervisão e acompanhamento do seu responsável técnico. Não executar nenhum serviço em desconformidade com o projeto ou norma técnica; Empregar somente materiais de qualidade. Revisar constantemente todos os equipamentos e ferramentas utilizados na obra. |
| Responsabilização por acidentes | Responsabilidade de civil e trabalhista por acidentes de qualquer natureza, incluindo acidentes de trabalho durante a execução contratual. | Baixo / Alto | Compartilhado | Por parte da Administração (Contratante): <ul style="list-style-type: none">• Fiscalização e orientação contínua quanto ao cumprimento das normas de segurança. Por parte da Contratada: <ul style="list-style-type: none">• Fornecer e fiscalizar o uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC);• Participar de reuniões de alinhamento e partida;• Acatar rigorosamente as orientações da fiscalização municipal;• Capacitar os funcionários, especialmente para |



| | | | | |
|------------------------------|-------------------------------------|---------------|---------------|--|
| | | | | serviços de maior risco (ex.: trabalho em altura ou instalações elétricas); • Garantir que a execução dos serviços ocorra exclusivamente sob a supervisão de seu Responsável Técnico. |
| Caso fortuito ou força maior | Eventos imprevisíveis e inevitáveis | Baixo / Médio | Compartilhado | Eventos insignificantes, ou seja, aqueles cujo impacto seja de até 1% do valor do contrato, devem ser suportados pelo contratado. E caso o evento supere este limite, haverá o reequilíbrio econômico-financeiro, se configurados os requisitos legais |

11.5. Os riscos alocados à CONTRATADA não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro, por integrarem a álea ordinária do contrato, estando já considerados na formação do preço.

11.6. Os riscos atribuídos à CONTRATANTE ou classificados como extraordinários poderão ensejar revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comprovados os pressupostos legais, nos termos da legislação.

11.7. A ocorrência de evento de risco deverá ser comunicada formalmente à outra parte no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da ciência do fato, com apresentação das medidas adotadas para mitigação dos impactos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

12.1. As partes deverão cumprir integralmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou deste contrato, independentemente de declaração ou aceitação expressa.

12.2. Os dados pessoais obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, em conformidade com a boa-fé e os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento de dados pessoais com terceiros fora das hipóteses permitidas em Lei.



12.4. O CONTRATANTE deverá ser informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

12.5. Terminado o tratamento dos dados, nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais, e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE (prorrogável justificadamente), quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), contendo cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

12.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por meio de opiniões técnicas ou recomendações editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS GARANTIAS

13.1. O CONTRATADO deverá, no ato da assinatura deste Contrato, apresentar comprovação da formalização da garantia de execução, sob pena de decair do direito à contratação.



13.2. Caberá ao CONTRATADO optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I – caução em dinheiro;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

13.3. Na hipótese de opção pela modalidade seguro-garantia, deverão ser observadas as seguintes disposições:

13.3.1. O contratado deverá apresentar a apólice no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato;

13.3.2. Dentro do mesmo prazo, deverá comprovar o pagamento integral da apólice;

13.3.3. O seguro-garantia tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais, abrangendo multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

13.3.4. O prazo de vigência da apólice deverá ser, no mínimo, 30 (trinta) dias superior ao prazo de vigência deste contrato, acompanhando eventuais prorrogações mediante emissão de endosso pela seguradora.

13.4. O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

13.5. A garantia prestada pelo CONTRATADO será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou na hipótese de extinção por culpa exclusiva do CONTRATANTE, sendo que, quando constituída em dinheiro, deverá ser atualizada monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.3. O CONTRATADO poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



14.4. A execução do contrato ou instrumento equivalente deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, o Sr. **Adriano Aparecido de Oliveira** (Portaria nº 281/2026).

14.5. O fiscal acompanhará a execução do contrato, nos termos do Art. 9º do Decreto Municipal nº 252, de 2022, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.7. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, quando for o caso.

14.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.9. O gestor deste contrato será o secretário responsável pela pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, o Sr. **Caroline Bordignon da Rosa** ou que vier a substituí-lo, que terá a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, com observância ao Art. 8º do Decreto Municipal nº 252, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, as seguintes condutas praticadas pelo CONTRATADO:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial que provoque grave dano ao Contratante, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – retardar injustificadamente a execução ou a entrega do objeto contratado;

V – apresentar documentação ou declaração falsa durante a execução contratual;

VI – praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

Das Sanções Aplicáveis



15.2. Ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas, observando-se o contraditório e a ampla defesa:

I – Advertência: Aplicável quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

II – Impedimento de licitar e contratar: Aplicável quando o contratado praticar as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 15.1, sempre que não couber penalidade mais severa, conforme art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

III – Declaração de inidoneidade: Aplicável quando o contratado praticar as condutas previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 15.1, bem como nas hipóteses dos incisos II, III e IV que, pela gravidade, justifiquem sanção mais rigorosa, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

IV – Multa: Poderá ser aplicada de forma moratória ou compensatória, nas seguintes hipóteses:

a) multa moratória – 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 30 (trinta) dias;

b) multa compensatória – para as infrações previstas nos incisos V a VIII do item 15.1, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) multa compensatória – para a inexecução total do contrato (inciso III), de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;

d) para as demais infrações não previstas nas alíneas anteriores, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 3% (três por cento) do valor do contrato.

Das Regras Gerais de Aplicação

15.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

15.4. As sanções previstas poderão ser cumuladas com a penalidade de multa, observando-se o art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

15.5. Antes da aplicação de qualquer multa, será assegurado o direito de defesa ao contratado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

15.6. Se o valor da multa e das indenizações cabíveis exceder o saldo de pagamento devido ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será:



I – descontada da garantia prestada; ou

II – cobrada judicialmente, conforme art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

15.7. Antes do ajuizamento da cobrança, o contratado poderá recolher administrativamente o valor da multa no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da comunicação formal da autoridade competente.

15.8. A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo próprio, assegurando-se contraditório e ampla defesa, conforme o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021, especialmente para as penalidades de impedimento e declaração de inidoneidade.

Da Dosimetria e Circunstâncias Atenuantes ou Agravantes

15.9. Na aplicação das sanções, serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias atenuantes ou agravantes;

IV – os danos causados ao Contratante.

Da Desconsideração da Personalidade Jurídica

15.10. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que houver abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial destinada a:

I – encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos neste contrato;

II – provocar confusão patrimonial entre pessoas físicas e jurídicas coligadas.

15.10.1. Nesses casos, os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores, sócios com poderes de gestão, sucessores e empresas coligadas ou controladas, observando-se o contraditório, a ampla defesa e análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

Da Reabilitação

15.11. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, conforme art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

Da Compensação de Débitos



15.12. Os débitos do contratado para com o Contratante, oriundos de multa administrativa ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, **poderão ser** compensados total ou parcialmente com créditos devidos pelo Contratante, oriundos deste ou de outros contratos administrativos firmados com o mesmo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O presente contrato será considerado extinto quando cumpridas integralmente as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

Da Prorrogação Automática

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo fixado, a vigência do contrato ficará automaticamente prorrogada até a conclusão integral do objeto, hipótese em que o CONTRATANTE deverá readequar o cronograma contratual.

16.2.1. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa do CONTRATADO:

I – este será considerado em mora, ficando sujeito às sanções administrativas cabíveis;

II – o CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais necessárias à continuidade da execução contratual.

Da Extinção Antecipada

16.3. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento total das obrigações ou antes do prazo contratual, nas seguintes hipóteses:

I – por qualquer dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

II – por determinação ou reprovação do processo licitatório pela Caixa Econômica Federal ou Ministério das Cidades;

III – por acordo amigável entre as partes, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.3.1. Nos casos acima, aplicam-se também as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

Da Alteração Social ou Estrutural da Empresa Contratada

16.4. A alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa contratada não ensejará a extinção do contrato, desde que não restrinja sua capacidade de concluí-lo.



16.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva do contrato.

Do Termo de Extinção

16.5. O termo de extinção do contrato, sempre que possível, será precedido de:

I – balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente executados;

II – relação dos pagamentos realizados e ainda devidos;

III – indicação das indenizações e multas eventualmente aplicáveis.

Do Reconhecimento de Indenização por Desequilíbrio

16.6. A extinção do contrato não constitui impedimento para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro entre as partes, hipótese em que será concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA COMUNICAÇÃO

17.1. A comunicação formal entre as partes signatárias será realizada, preferencialmente, via protocolo digital do CONTRATANTE, produzindo assim, total validade jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do poder concedente, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de Termo Aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS



19.1. A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos, será decidida pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Após a assinatura pelas partes, este contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e seu extrato será publicado no Diário Oficial do Município de Candói-PR (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp>).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato e que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Datado e Assinado Digitalmente pelo Sr. _____, como **Contratante**, pelo Sr. _____ como **Contratado**, dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.



ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA
(papel timbrado do licitante)

Ao

Município de Candói – Estado do Paraná

Ref.: Concorrência Eletrônica nº 90.002/2026

Processo Administrativo nº 1.996/2026

A [razão social completa da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], com sede à [endereço completo], por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem, para os devidos fins, apresentar a seguinte **DECLARAÇÃO UNIFICADA**, em atendimento às exigências do edital da licitação supracitada:

I – Declarações Específicas

- () Marcar se aplicável – Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

a) Declaramos que a empresa se encontra devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, não ultrapassando o limite de receita bruta anual ali previsto.

b) Nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, declaramos que, no ano-calendário da presente licitação, não celebramos contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem o limite de enquadramento como EPP, permanecendo aptos a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006.

II – Declarações Gerais

1. Conhecimento das Condições Locais

Declaramos que temos pleno conhecimento de todas as condições locais e demais informações necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto licitado, conforme disposto no art. 67, VI da Lei nº 14.133/2021.

2. Habilitação

Declaramos que atendemos integralmente a todos os requisitos de habilitação exigidos no edital da licitação.

3. Custos Trabalhistas

A proposta apresentada contempla todos os custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, nas leis e



normas infralegais, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes, nos termos do art. 63, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

4. Proibição de Trabalho Infantil

Declaramos que não empregamos menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

5. Inexistência de Vínculo com o Município de Candói – Quadro Societário e Empregados

Declaramos que não há, no quadro societário ou de empregados da empresa, servidor, dirigente ou agente da Prefeitura Municipal de Candói/PR, ou pessoa responsável pela licitação, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6. Inexistência de Vínculo com o Município de Candói – Outras Relações

Declaramos que a empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura de Candói ou com agente público envolvido na licitação, fiscalização ou gestão contratual. Da mesma forma, declaramos que não somos cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, dessas pessoas, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

7. Canal Oficial de Comunicação

Autorizamos que todas as comunicações referentes ao presente processo licitatório, inclusive notificações e intimações, sejam realizadas por meio do protocolo digital através do e-mail [**inserir e-mail para contato**], reconhecendo sua plena validade jurídica.

local e data

(identificação e assinatura do responsável legal ou
Procurador, neste caso encaminhar procuração)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0723-4D74-94DD-EC7C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIMARA PINHEIRO DA SILVA (CPF 059.XXX.XXX-06) em 27/05/2026 15:17:39 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://candoi.1doc.com.br/verificacao/0723-4D74-94DD-EC7C>